



Contradições e mentiras

● **O QUE FOI SOLICITADO:** Regina afirma que lhe foi pedida a emissão da lista. Arruda insiste que não pediu a lista, mas apenas a consultou sobre a segurança do sistema. Antonio Carlos afirma que não pediu a lista e que só conversou com Arruda sobre a vulnerabilidade do sistema.

● **CONSULTA, PEDIDO OU ORDEM?**: Regina afirma ter recebido o pedido, consulta ou o que quer que seja como uma ordem. Arruda afirma que fez apenas uma consulta em nome de Antonio Carlos. Antonio Carlos sustenta que nada pediu, ordenou ou determinou a Arruda, a Regina ou a quem quer que seja.

● **A ORIGEM DO PEDIDO:** Regina reafirmou que recebeu a solicitação de Arruda, em nome de Antonio Carlos. Arruda garante que a idéia de fazer a consulta surgiu de conversa com Antonio Carlos. Antonio Carlos concorda com a versão de Arruda sobre a vulnerabilidade do sistema, mas insiste que nada pediu.

● **CONVERSA PRÉVIA:** Regina afirma não ter conhecimento de detalhes do que foi discutido antes entre Arruda e Antonio Carlos. Arruda confirma que sua consulta foi antecedida de conversa com Antonio Carlos, que o teria autorizado a procurar Regina e falar em seu nome. Antonio Carlos confirma a conversa sobre preocupação com a vulnerabilidade mas nega que tenha pedido ou autorizado Arruda a procurar Regina em seu nome.

● **TELEFONEMAS:** Regina acrescentou que falou duas vezes com Arruda no dia da votação. Sobre o telefonema de Antonio Carlos, diz que teve o sentido de confirmar que recebera o produto do serviço encomendado. Arruda admite apenas um telefonema, mas garante que não sabia que o documento ao qual ela se referia era a lista. Antonio Carlos diz que só falou com Regina para tranquilizá-la.

● **REAÇÃO À LISTA:** Regina sustenta que os dois senadores reagiram ao recebimento da lista com naturalidade. Arruda afirma ter ficado surpreso e garante que não sabia que o sistema havia sido alterado. Antonio Carlos afirma ter ficado surpreso e que só telefonou para Regina porque Arruda lhe pediu para tranquilizá-la. Diz que não a repreendeu pelo ato ilícito por considerar que isso poderia ensejar a anulação da votação de cassação de Luiz Estevão.